PROJETO DE LEI Nº 435/11

AUTOR: DEPUTADO MAURO MORAES

SÚMULA:

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE APARELHO SEÑBOR DE VAZAMENTO DE GAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRÉDIOS RESIDENCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLO Nº: 3540/11 DAP
Art. 1º É obrigatória a utilização de aparelho sensor de gás, como prevenção para detectar vazamentos, pelos seguintes estabelecimentos e prédios residenciais do Estado do Paraná, que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP):

I - todos os estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, entidades, hospitais, escolas, hotéis, motéis, restaurantes e similares;

II - todos os prédios residenciais com mais de cinco andares, devendo cada apartamento ser equipado com sensor.

Parágrafo Único - Nos prédios residenciais com até cinco andares e casas térreas residenciais, será facultativo o uso do sensor.

Art. 2º O infrator do disposto nesta lei fica sujeito à multa correspondente a 5.000 UFIR's-PR, aplicados em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º O executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias, suplementares se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
JUSTIFICATIVA:

Os acidentes envolvendo vazamento de gás são constantes e despertam a preocupação da comunidade, que por sua vez, espera a ação dos órgãos públicos no sentido de estabelecer medidas preventivas. Alguns desses acidentes, devido às suas dimensões, deixam a opinião pública perplexa, suscetível a propostas que visem amenizar ou solucionar o problema.

Outrossim, informamos que o custo desses detectores de vazamento de gás é muito baixo em relação ao benefício, tendo sido desenvolvido em modelo por alunos da UFTPR.
Sr. Diretor

Informamos que revendo nossos registros constatamos que o presente projeto:
( ) guarda similitude com ________________________
(✓) não possui similar nesta casa.

Matr 40607

1-Ciente;
2-Encaminhe-se à Comissão de constituição e Justiça - CCJ

DL, 24 de maio de 2011.

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo
Senhor Deputado,

Com o presente, comunico a Vossa Excelência, que o Projeto de Lei, de sua autoria, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná”, apresentado na Sessão Plenária do dia 23/05/11, foi autuado nesta Diretoria, recebendo o nº 435/11, está sendo encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

Isto posto, renovamos os protestos de consideração e apreço.

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Excelentíssimo Senhor
Deputado MAURO MORAES
Edifício Tancredo Neves – Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Nesta
ANÁLISE PRÉVIA

DENTRO DO QUE AUTORIZA O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ESTÁ ADOTANDO UMA NOVA METODOLOGIA.

ESTA COMISSÃO FARÁ UMA ANÁLISE PRÉVIA COM O OBJETIVO PRECÍPUO DE VERIFICAR A CONSTITUCIONALIDADE, A LEGALIDADE E A TÉCNICA LEGISLATIVA DOS PROJETOS DE LEI, ALÉM DE AUXILIAR O SEU RELATOR NA CONFECÇÃO DE PARECER DEFINITIVO.

RESSALTE-SE, ENTRETANTO, QUE EM HIPÓTESE ALGUMA A ANÁLISE PRÉVIA VINCULA O RELATOR DO PROJETO.
Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

EMENTA: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. OBRIGATORIEDADE DO USO DE APARELHO SENSOR DE VAZAMENTO DE GÁS NOS ESTABELECIMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CONTRATO DE CONCESSÃO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTs. 2º E 25, § 1º E § 2º. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART 13, § 1º E § 2º. LEI FEDERAL 8.987/95 ARTs. 3º, 29 E 30. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 76/95 ARTs. 1º E 2º. TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE. NÃO APROVAÇÃO. ANÁLISE CONTRÁRIA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Mauro Moraes, tem por finalidade dispôe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.
FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:
§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

Cumpre esclarecer que não existem determinações específicas, tanto na Constituição Federal como na Constituição Estadual, sobre a competência legislativa quanto ao assunto “Gás Canalizado”.

Deste modo, importante mencionar o § 1º e o § 2º do artigo 25 de nossa Carta Magna:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas
Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995. (Grifo nosso)

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
(…)  
§ 1º. O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.  
§ 2º. Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o Estado poderá exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades. (Grifos nossos)

A própria Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que regula este tema, determina que é competência dos Estados regulamentar a utilização do gás natural em unidades residenciais e comerciais, conforme apresentado no site da ANP (http://www.anp.gov.br/?pg=8352):

"A competência para regulamentar as especificações do produto é da ANP. Porém, no que se refere à distribuição de gás canalizado, o § 2º Art. nº 25 da Constituição Federal - alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
1995 - estabelece que "cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concession, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação". Assim sendo, os Estados brasileiros possuem distribuidoras e órgãos reguladores locais. As distribuidoras locais são reguladas por tais órgãos reguladores estaduais ou pelas secretarias estaduais correspondentes, inclusive quanto à fixação das tarifas." (Grifos nossos).

Observando o disposto pela ANP, caberá aos ÓRGÃOS REGULADORES LOCAIS ou pelas SECRETARIAS ESTADUAIS regulamentar a questão da utilização do gás natural em unidades residenciais e comerciais.

Ademais, deve-se destacar que o Estado do Paraná através da Lei Estadual nº 10.856 de 06 de julho de 1.994 concedeu o direito à exploração do gás canalizado a empresa de Sociedade de Economia Mista COMPAGÁS.

Assim, cabe ao Estado do Paraná (poder concedente) regulamentar o referido assunto, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 8.987/95, que aduz sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços, observe-se:

Art. 3º As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

(...) 

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:
1 - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

(...) 

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.
Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários. (Grifos nossos).

Ainda, considera-se como poder concedente nos termos do artigo 2º da Lei supramencionada a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre em serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

Neste mesmo sentido, estabelece a Lei Complementar Estadual nº 76/95:

Art. 1º. As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei.
Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
I - poder concedente: o Estado;
Sobre a concessão de serviço público, o doutrinador CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO leciona que,

"concessão de serviço público é o instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço".¹ No sentido que, a permissão, segundo o referido jurista, "é o ato unilateral e precário, intuito personae, através do qual o Poder Público transfere a alguém o desempenho de um serviço de sua alçada, proporcionando à moda do que faz na concessão, a possibilidade de cobrança de tarifas dos usuários".²

Ora, portanto, conforme estabelecido pela ANP e pela Lei Federal supramencionada o assunto envolvendo "gás natural" será regulamentada e fiscalizada pelo poder concedente, isto é, PODER EXECUTIVO.

Deste modo, o legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual

---

² MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Ob. cit. p. 707

Praça Nossa Senhora da Salete s/n° - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Logo, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei se encontra revestido de vício de iniciativa, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do Poder Executivo.

Finalizando, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, como também, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela NÃO APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua INCONSTITUCIONALIDADE gerada por VÍCIO DE INICIATIVA do Poder Legislativo.

Sala das Comissões, de junho de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
PARECER AO PROJETO DE LEI 435/2011

Projeto de Lei nº 435/2011
Autor: Deputado Estadual Mauro Moraes

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho senhor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

EMENTA: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. OBRIGATORIEDADE DO USO DE APARELHO SENSOR DE VAZAMENTO DE GÁS NOS ESTABELECIMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CONTRATO DE CONCESSÃO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTs. 2º E 25, § 1º E § 2º. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART 13, § 1º E § 2º. LEI FEDERAL 8.987/95 ARTs. 3º, 29 E 30. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 76/95 ARTs. 1º E 2º. TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE. NÃO APROVAÇÃO. PARECER CONTRÁRIO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Mauro Moraes, tem por finalidade dispor sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.
FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:
§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

Cumpre esclarecer que não existem determinações específicas, tanto na Constituição Federal como na Constituição Estadual, sobre a competência legislativa quanto ao assunto “Gás Canalizado”.

Deste modo, importante mencionar o § 1º e o § 2º do artigo 25 de nossa Carta Magna:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
§ 1.º - São reservadas aos Estados as competências que
não lhes sejam vedadas por esta Constituição.
§ 2.º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou
mediante concessão, os serviços locais de gás
canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida
provisória para a sua regulamentação. Redação dada
pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995. (Grifo nosso)

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância
com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a
União, legislar sobre:
(...)
§ 1.º. O Estado, no exercício de sua competência
suplementar, observará as normas gerais estabelecidas
pela União.
§ 2.º. Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o
Estado poderá exercer competência legislativa plena
para atender às suas peculiaridades. (Grifos nossos)

A própria Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis (ANP), que regula este tema, determina que é competência
dos Estados regulamentar a utilização do gás natural em unidades residenciais e
comerciais, conforme apresentado no site da ANP (http://www.anp.gov.br?pg=8352):

"A competência para regulamentar as especificações do
produto é da ANP. Porém, no que se refere à distribuição de
gás canalizado, o § 2º Art. nº 25 da Constituição Federal -
alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de
1995 - estabelece que "cabe aos Estados explorar diretamente,
ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado,
na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
sua regulamentação”. Assim sendo, os Estados brasileiros possuem distribuidoras e órgãos reguladores locais. As distribuidoras locais são reguladas por tais órgãos reguladores estaduais ou pelas secretarias estaduais correspondentes, inclusive quanto à fixação das tarifas.” (Grifos nossos).

Observando o disposto pela ANP, caberá aos ÓRGÃOS REGULADORES LOCAIS ou pelas SECRETARIAS ESTADUAIS regulamentar a questão da utilização do gás natural em unidades residenciais e comerciais.

Ademais, deve-se destacar que o Estado do Paraná através da Lei Estadual nº 10.856 de 06 de julho de 1.994 concedeu o direito à exploração do gás canalizado a empresa de Sociedade de Economia Mista COMPAGÁS.

Assim, cabe ao Estado do Paraná (poder concedente) regulamentar o referido assunto, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 8.987/95, que aduz sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços, observe-se:

Art. 3º As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
(...)
Art. 29. Incumbe ao poder concedente:
I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
(...)
Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.
Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por
entidade com ele conveniada, e, periodicamente,
conforme previsto em norma regulamentar, por
comissão composta de representantes do poder
concedente, da concessionária e dos usuários. (Grifos
nossos).

Ainda, considera-se como poder concedente nos termos do
artigo 2º da Lei supramencionada a União, o Estado, o Distrito Federal ou o
Município, em cuja competência se encontre em serviço público, precedido ou não
da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito
Federal ou o Município, em cuja competência se
encontre o serviço público, precedido ou não da
execução de obra pública, objeto de concessão ou
permissão;

Neste mesmo sentido, estabelece a Lei Complementar
Estadual nº 76/95:

Art. 1º. As concessões de serviços públicos e de obras
públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-
ão por esta Lei.
Art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
I - poder concedente: o Estado;

Sobre a concessão de serviço público, o doutrinador CELSO
ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO leciona que,

"concessão de serviço público é o instituto através do qual o
Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que
aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas
condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder
Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço”.¹ No sentido que, a permissão, segundo o referido jurista, “é o ato unilateral e precário, intuito personae, através do qual o Poder Público transfere a alguém o desempenho de um serviço de sua alcçada, proporcionando à moda do que faz na concessão, a possibilidade de cobrança de tarifas dos usuários”²

Ora, portanto, conforme estabelecido pela ANP e pela Lei Federal supramencionada o assunto envolvendo “gás natural” será regulamentada e fiscalizada pelo poder concedente, isto é, PODER EXECUTIVO.

Deste modo, o legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei acaba por ferir o princípio da “Separação de Poderes”, o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Logo, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.

² MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Ob. cit. p. 707

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei se encontra revestido de vício de iniciativa, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do Poder Executivo.

Finalizando, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, como também, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela NÃO APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua INCONSTITUCIONALIDADE gerada por VÍCIO DE INICIATIVA do Poder Legislativo.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná
Diretoria Legislativa

Senhor Diretor,

Informo que o Projeto de Lei nº 435/11, de autoria do Deputado MAURO MORAES, sofreu parecer contrário da CCJ, sendo que, o autor apresentou recurso contra ao parecer da CCJ., solicitando nomeação de relatoria diversa para exarar novo parecer. Assim sendo, a nova relatoria opinou por manter rejeição a proposição.

Diretoria Legislativa, em 16 de fevereiro de 2012.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Cientificar o autor da proposição;
3. Após anotações, arquive-se no DL.

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo
RECURSO AO PLENÁRIO
N.° 03/11

Projeto de Lei n° 435/11

Autor: Deputado Mauro Moraes

Protocolo n° 6941/11 - DAP
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO MAURO MORAES

Ofício nº 76/2011-GMM Curitiba, 02 de setembro de 2.011.

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no Artigo 33 parágrafo 2º-B, do Egrégio Regimento Interno, comparece perante Vossa Excelência, para interpor tempestivamente, Recurso Ordinário contra a decisão da respeitada Comissão de Constituição e Justiça, que rejeitou a tramitação do Projeto de Lei nº 435/2011, de minha autoria, equivocamente alegando inconstitucionalidade, como comprovará a peça recursal constante em anexo.

Apresenta-se o presente, ao Douto Plenário desta Casa, em razões do princípio da fungibilidade recursal.

[Assinatura]

DESPACHO
Recibo o recurso e encaminho a DL para realização dos requisitos legais.

[Assinatura]

MAURO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL

Ao excelentíssimo Senhor Presidente.

VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.
Neste Edifício.
MAURO MORAES, Deputado Estadual integrante da Bancada do Partido do PSDB, autor do Projeto de Lei nº 435/2011, comparece perante Vossa Excelência, com fundamentos no parágrafo 2º-B, do artigo 33, do Regimento Interno, para interpor Recurso Ordinário ao Plenário desta Casa, contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça que acatou parecer do respeitável Relator, Deputado Alexandre Curi, que opinou pela não aprovação, equivocadamente alegando inconstitucionalidade.

DO OBJETO DA PROPOSIÇÃO

A intenção legislativa e válida, clara e precisa e consiste na obrigatoriedade do uso de aparelhos sensores de vazamento de gás.

O projeto tem caráter preventivo; a obrigatoriedade de sensores de vazamento evitaria os graves acidentes que ocorrem em virtude de aparelhos mal instalados, ou de falta de controle e manutenção sobre equipamentos que sejam alimentados por gás.

Portanto grave equivoco fora acometido, por certo, involuntariamente, pelos assistentes jurídicos temporários da CCJ, que no afã de procurar assessorar e embasar os fundamentos do parecer do eminente Relator, Deputado Alexandre Curi, ação que costumariamente é bem feita, eficiente e bem sucedida, neste caso, induziu a erro, que através do presente Recurso certamente tornar-se-á reparável.

DA REGULARIDADE DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA

O Parecer do nobre Relator, apoiado pelos demais integrantes da CCJ, não identificou nenhum outro vício que impedisse a normal tramitação da Proposição, tão somente fundamentou-se no Vício de Iniciativa, ademais como muito bem observado e salientado no parecer do relator o projeto não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também sua elaboração legislativa não apresenta óbices, também estando em consonância com Lei Complementar nº95/98.
CONSIDERAÇÕES GERAIS
E EFEITOS DA NEGAÇÃO DA TRAMITAÇÃO

A título de informação, o projeto de lei em tela, está sendo reapresentado pela segunda vez, conforme o estabelecido pelo Art. 126 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Ocorre Porém que nas duas vezes em que foi apresentado e apreciado (sob os números 649/2007; 203/2005), obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Obras Publicas Transportes e Comunicação, e Comissão de Defesa do Consumidor (Em Anexo), aprovado em plenário nas duas vezes, recebeu veto, tendo sido este mantido.

Já no que se refere à tramitação legislativa, e em tom de crítica construtiva e evolucionista, entendemos que o processo legislativo imposto pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, impede a mudança, a evolução ou aprimoramento da lei, quando submete o mérito das questões, o interesse público, ao crivo inicial e ao mesmo tempo derradeiro da legalidade objetiva e literal (arquivamento de Propostas meritorias).

As competências normativas das Assembleias Legislativas estão xequê, visto que não só constitucionalmente, mas também através de atitudes político-parlamentares, os poderes, atribuições e competências de nós Deputados vêm gradativamente sendo minimizados. Quase toda a competência de iniciar o processo legislativo é do Poder Executivo, e nós representantes do legislativo nos sujeitamos a interromper nossas próprias propostas, facilitando o trabalho do Executivo, impedindo o veto governamental ou até mesmo sua derrubada, sepultando antecipadamente a possibilidade de mudarmos a realidade social através de nova lei imposta.

As grandes mudanças no arcabouço normativo, aquelas que mudam o status legis da norma vigente, ocorrem justamente calcadas no interesse público, no mérito e na mudança da legalidade, se necessário através da derrubada do Veto Governamental.

Neste sentido, que se registre neste instrumento recursal, a necessidade de reabertura do debate sobre a implantação do processo legislativo moderno onde, após autuada a Proposição normativa, seja a mesma analisada em seus aspectos de mérito e oportunidade pelas comissões parlamentares, com amplo debate com a sociedade e, depois, em uma segunda fase, constatado mérito na questão, seja analisada sua juridicidade pela CCJ, com o fim precípuo de aprimorar, desenvolver e adequar a lei às constantes mudanças que a vida moderna impõe, e numa terceira fase seja aferida e prevista financeira e orçamentariamente, os efeitos e a compatibilidade da proposta com a disponibilidade do tesouro do Estado.
Caso medidas urgentes não sejam tomadas para implantar um novo Regimento Interno nesta Casa de Leis, focado no processo legislativo moderno, visto que o atual é obsoleto e arcaico, e não atende mais aos anseios dos parlamentares e da sociedade, Propostas meritórias como esta em que se discute a obrigatoriedade de instalação de sensores de vazamento de gás, continuarão a serem vistas pela ótica antiga, restritiva e antidemocrática, sendo deixada de lado, engavetada ou arquivada antecipadamente sem a ouvida do supremo colegiado de representantes do povo, o douro Plenário deliberativo.

Já em razão da apresentação do recurso a este Douto Plenário, entende-se que não deve ser apreciado em mesma instância, em que recebeu parecer ou decisão, em virtude do princípio do contraditório, e respeitadas as interpretações hermenêuticas contrárias, fundamentamos sua apresentação no Art. 33 parágrafo 2º-B, que diz que da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, caberá Recurso ao Plenário no prazo estabelecido.

DO PEDIDO

Entendendo que a matéria e de relevante interesse social, que este Douto Plenário, segundo o Art. 33 § 2º-B, possa apreciar a proposição e dar conhecimento e provimento a este Recurso.

Por fim, requer-se:

1) Seja dado provimento ao presente recurso ordinário, reconhecida a constitucionalidade e utilidade da instalação dos sensores de vazamento de gás.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Curitiba 2 de Setembro de 2.011.

MAURO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Projeto de Lei 649/2007
Iniciativa: Deputado Mauro Moraes

PARECER ao Projeto de Lei 649/2007 que “dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimento comerciais, indústrias e prédios residências do Estado do Paraná”.

Para análise dessa Comissão o Projeto de Lei 649/2007 que “dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimento comerciais, indústrias e prédios residências do Estado do Paraná”.

A competência da presente comissão consta do inciso VIII do artigo 33 do Regimento Interno.

VIII – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao
resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

Está na competência desta Comissão analisar a proposição.

A CCJ manifestou-se pela Constitucionalidade da proposição.

A medida é importante para prevenir acidentes mais graves que têm sido frequentes em razão de vazamento de gás.

Quanto ao mérito nada há que obste a tramitação regimental da proposição.

Considerando a importância da matéria para os consumidores que frequentam os estabelecimentos mencionados no inciso I do artigo 1º projeto de lei e dos moradores dos prédios mencionados no inciso II do mesmo artigo, a proposição deve seguir sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2007.

Reni Pereira
Presidente

Deputado Tadeu Veneri
Relator
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 649/07

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Projeto idêntico já recebeu veto governamental, em legislatura anterior. Na justificativa do veto o Senhor Governador não encontrou nenhuma inconstitucionalidade na proposição, mas entendeu a proposição de difícil exequibilidade e que o Corpo de Bombeiros estava finalizando implantação de proposta abrangente no aspecto de prevenção de incêndios.

CONCLUSÃO

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei 649/07, pois cabe a Comissão de Constituição e Justiça analisar, apenas, a constitucionalidade e legalidade do projeto.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2007.

DURVAL AMARAL
Presidente
Douglas Fabricio
Deputado
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 649/07

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Parlamentar, Senhor Deputado Mauro Moraes, tem como objetivo dispor sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta Comissão a se pronunciar, através desta relatoria e em conformidade com o que estabelece o art. 33, §7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa. De igual modo, salienta-se o caráter altamente meritório da proposta. Ainda, o autor ressalta que os acidentes com envolvimento de vazamento de gás, são constantes e demonstram a preocupação e a intranquilidade que vive a população.

Observe-se, ainda, que medidas como esta tem o caráter preventivo e tornam-se necessárias e de muita importância

CONCLUSÃO

Pelo que acima foi exposto, opinamos FAVORAVELMENTE a matéria em questão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/07

DEPUTADO MARCELO RANDEL
PRESIDENTE

DEPUTADO EDSON STRAPASSON
RELATOR
Art. 1º Torna obrigatória a utilização de aparelho sensor de gás, como prevención para detectar vazamentos, pelos seguintes estabelecimentos e prédios residenciais do Estado do Paraná, que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP):

I - todos os estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, entidades, hospitais, escolas, hotéis, motéis, restaurantes e similares;

II - todos os prédios residenciais com mais de 5 (cinco) andares, devendo cada apartamento ser equipado com um sensor.

Parágrafo único. Nos prédios residenciais com até 5 (cinco) andares e casas térreas residenciais, será facultativo o uso do sensor.

Art. 2º O infrator do disposto nesta lei fica sujeito à multa correspondente a RS 3.000,00 (três mil reais), aplicados em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 2008.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei no 203/05
Sumula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná
Autor: Deputado Mauro Moraes

1. Do projeto: De autoria do Deputado Mauro Moraes o presente projeto de lei visa obrigar a instalação de sensor fê gás como prevenção para detectar vazamentos, nos estabelecimentos e prédios residenciais do Estado do Paraná que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo. Em sua justificativa o Autor diz que “os acidentes envolvendo vazamento de gás são constantes e despertam a preocupação da comunidade, que por sua vez espera a ação dos órgãos públicos no sentido de estabelecer medidas preventivas.”

2. do parecer: Sendo matéria de segurança é matéria que pode ser tratada no âmbito do Estado. As corporações especializadas de Bombeiros são as responsáveis pela fiscalização e emissão de correspondente alvará, viabilizando de forma técnica a segurança de prédios e estabelecimentos. Desta forma, o Projeto de Lei 203/05 deverá receber Emenda Aditiva, acrescentado-se parágrafo único ao artigo 2º para dizer:

“Art.2º......................................................
§º Único: Os prédios e estabelecimentos que não cumprirem o disposto nesta Lei não poderão receber o correspondente Alvará nem autorização de funcionamento por parte dos órgãos públicos estaduais.”

3. Do Voto. Sob os aspectos legais e constitucionais o PL 2033/05 se encontra em condições de tramite, nos termos do Parecer e da Emenda. Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 2005.

Deputado Durval Amaral
Presidente

Deputado Ratinho Júnior
Relator
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EXTRATO DA ATA nº 36 - 17ª LEGISLATURA

Transação de Projetos

Sessão Ordinária do dia 30 de Agosto de 2011


01 - PROJETO DE LEI nº 68/11
Autor: Dep. Evandro Junior
Assunto: Poder Executivo-Mensagens, N° 041/11
Disputa sobre a equidade de salário dos professores da rede estadual de educação básica ao dos agentes profissionais do quadro próprio do Poder Executivo.
Relator: Dep. Eliu Rusch
Parceria: Favorável – aprovado.

02 - PROJETO DE LEI nº 239/11
Autor: Cássio Quintana
Disputa sobre a criação de um cadastro de compras e vendas de obras de obras nas ferrovias do Estado do Paraná.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parceria: Favorável – aprovado com emenda.

03 - PROJETO DE LEI nº 171/11
Autor: Cássio Quintana
Disputa sobre os encarregados relativos aos esses praticados pelas serviços notariais e de registro.
RELATOR: DEPTADEU VENERI
Parceria: Adiado pelo Relator.

04 - PROJETO DE LEI nº 474/11
Autor: Pr. Edson Pracyzk
Antecipa o poder executivo a proceder a reavaliação do imóvel que especifica, ao pertencente ao município de Quebra de Ígnea.
RELATOR: DEPCAIOTA QUINTANA
Parceria: Adiado pela ausência do Relator.

05 - PROJETO DE LEI nº 185/11
Autor: Pedro Lupus
Disciplina a inclusão dos dados referenciados e cadastrais das empresas operadoras de Internet nas sociedades que menciona e dá outras providências.
RELATOR: DEPCAIOTA QUINTANA
Parceria: Adiado pela ausência do Relator.

06 - PROJETO DE LEI nº 389/11
Autor: André Bueno
Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de site de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e dá outras providências.
RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO
Parceria: Favorável – aprovado.

07 - PROJETO DE LEI nº 304/11
Autor: Hermas Brandão Jr
Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tóxico.
RELATOR: DERELIO RUSCH
Parceria: Contrário – aprovado.

08 - PROJETO DE LEI nº 376/11
Autor: Arturco Jr
Obrigação adotar medidas de segurança que evitem o risco de queima em caso de transferência de hospitais públicos ou privados, caso de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e da outra providências.
RELATOR: DEPENEIRE MOURA
Parceria: Favorável – aprovado.

09 - PROJETO DE LEI nº 435/11
Autor: Dep. Mauro Maciel
Disputa sobre a obrigatoriedade de uso de aparelho sensor de vazamentos de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parceria: Contrário – aprovado.

10 - PROJETO DE LEI nº 420/11
Autor: Dep. Hermas Brandão Jr
Institui obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de água de chuva nas construções e reformas de prédios públicos.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parceria: Concedida vista ao Deputado Evandro Junior.

11 - PROJETO DE LEI nº 611/11
Autor: Dep. Rose Litu
**ANEXO AO PROJETO DE LEI 537/11 – Autor: Dep. Paranhez
Disputa sobre a autorização ao estudo, via cobrança na tarifa de serviços telefônicos, por despacho decorrentes do edital de licitação do serviço telefônico do atendimento a emergência envolvendo remoções ou instalação de tomadas.
RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO
Parceria: Adiado pelo Relator.

12 - PROJETO DE LEI nº 271/11
Autor: Dep. Douglas Fabrício
Pela vedação, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de estudo de uso coletivo.
RELATOR: DEPCESAR SILVESTRI FILHO
Parceria: Adiado pelo Relator.

13 - EMENDA DE PLENÁRIO (DUAS) AO PROJETO DE LEI nº 162/11
Autor: Dep. Ernesto Monteiro
Pela emenda do artigo 79 do Código Estadual nº 15.658 de 16 de agosto de 2007, vistando tornar obrigatório no Estado do Paraná que no ato de entrega do inventário e contratos diretos para obras públicas promovidas pelo governo do estado, a obrigação de reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas.
RELATOR: Dep. Evandro Jr.
Parceria: Favorável – aprovado com emenda.

14 - EMENDA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA AO PROJETO DE LEI nº 390/11
Autor: Dep. Loydorne e Dep. Pedro Lupus
Estabelece a política estadual de apoio ao Cooperativismo.
RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO-Designado em 18/05/11
Parceria: Favorável – aprovado com emenda.

15 - EMENDA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS AO PROJETO DE LEI nº 45/11
Autor: Dep. Stephanez Jr
**ANEXO AO PROJETO DE LEI 194/11 – Autor: Dep. Stephanez Jr
Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (CO- SEC) incluindo os municípios de Piracicaba e Campo Tietê.
RELATOR: DEP. NEREU MOURA
Parceria: Favorável – aprovado.

16 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 315/11
Autor: Dep. Raça Rodrigues
Disputa sobre o uso de lagos, lagunas e represas públicas e privadas para prática de esportes aquáticos.
RELATOR: Dep. Fernando Scanavacca
Parceria: Favorável – aprovado.

17 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 342/11
Autor: Dep. Leoci Acrelli e Raça Rodrigues
Disputa sobre a obrigatoriedade de legislação sobre instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento da energia de luz em construções e reformas de prédios públicos.
RELATOR: DEPTADEU VENERI
Parceria: Adiado pelo Relator.

18 - PROJETO DE LEI nº 693/11
Autor: Dep. Neto Garcia
Obrigação de que o município de parceria para a parceria para a parceria para a parceria para a parceria para a parceria.
RELATOR: DEPENEIRE MOURA
Parceria: Favorável – aprovado.

19 - PROJETO DE LEI nº 496/11
Autor: Dep. Ademir Bier
Informação nº 164/2011-DL

Curitiba, 03 de outubro de 2011.

O presente contém expediente do Deputado Mauro Moraes no qual o parlamentar propõe Recurso Ordinário contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça que rejeitou a tramitação do Projeto de Lei nº 435/2011.

O expediente foi protocolado em Sessão Plenária e, devidamente acompanhado das respectivas razões, indica como fundamento o “§ 2-B, do Art. 33” do Regimento Interno e, dada a natureza de seu encaminhamento foi devidamente autuado nesta Diretoria Legislativa.

Da análise do feito é possível depreender que a proposição de Recurso foi processada de forma equivocada, isso porque, nos termos do § 2º, do Art. 33-A, a decisão da CCJ que declare inconstitucional uma proposição parlamentar pode ser objeto de recurso à própria Comissão, sendo certo que, conforme indica o § 3º, do referido Art. 33-A, apenas em face de “novo parecer” é que “caberá recurso ao Plenário”.

Assim, diante das disposições regimentais e tendo em vista o princípio de aproveitamento dos atos e de fungibilidade dos recursos, que se pode adotar no caso em tela e, tendo em vista a tempestividade da interposição da peça recursal, o feito deve ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça que, nos termos do citado § 2º, do Art. 33-A do Regimento Interno, deverá apreciá-la.

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo
RECURSO CONTRA: PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 435/11
RECORRENTE: DEP. MAURO MORAES


Insurge-se o postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional Projeto de Lei nº. 435/11, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-A, § 2º:

§ 2º - O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator.
Conforme se depreende da leitura do supra citado artigo do Regimento Interno desta Casa de Leis, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 03 dias úteis na CCJ.

Assim, considerando-se que a **publicação no veículo oficial** de divulgação dos atos do Poder Legislativo se deu em **30 de agosto de 2011**, conforme cópia do Diário Oficial em anexo, e que, iniciando a contagem como determinado no Regimento, temos que a Impugnação ora em análise, foi **protocolada** junto à Diretoria Legislativa na data de **05 de setembro de 2011**, estando assim **fora do prazo recursal**, tendo em vista que o prazo se encerrou na data de **02 de setembro de 2011**.

Portanto, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, **nego conhecimento ao recurso**, no sentido de determinar que o Projeto de Lei nº 435/11 seja **arquivado**.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 01 de fevereiro de 2012.

Dep. Nelson Justus
Presidente da CCJ
Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EXTRATO DA ATA nº 30 - 17ª LEMISLATUERA
Transmissão de Projetos

Sessão Ordinária do dia 30 de Agosto de 2011


01 - PROJETO DE LEI nº 681/11
Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 044/11
Dispõe sobre a equiparação do salário dos professores da rede estadual de educação básica ao dos agentes profissionais do quadro próprio do Poder Executivo.
RELATOR: DEP. ELIO RUSCH
Parecer: Favorável – aprovado.

02 - PROJETO DE LEI nº 239/11
Autor: Caio Quintana
**ANEXO AO PROJETO 449/11 – Autor: Dep Hermas Brandão Jr.
Dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de carros de cobre nas ferrovias do Estado do Paraná.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI

03 - PROJETO DE LEI nº 171/11
Autor: Caio Quintana
Dispõe sobre as emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
RELATOR: DEPTADEU VENERI
Parecer: Adiado pelo Relator.

04 - PROJETO DE LEI nº 474/11
Autor: Pr Edison Praczyk
Autoriza o poder executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Guaraí do Iguacu.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

05 - PROJETO DE LEI nº 185/11
Autor: Pedro Lupion
Disciplina a inclusão dos dados referenciados e cadastrados das empresas operadoras de internet nas listas que mencionam os endereços provisórios.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parecer: Adiado pela ausência do Relator.

06 - PROJETO DE LEI nº 389/11
Autor: André Bueno
Disponição e utilização de produtos e serviços através de site de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado do Paraná e de outras providências.
RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO
Parecer: Favorável – aprovado.

07 - PROJETO DE LEI nº 304/11
Autor: Hermas Brandão Jr
Institui normas e procedimentos para a reciclagem, geralemento e destinação final de lodo tecnológico.
RELATOR: DEP. RICARDO RUSCH
Parecer: Contraído – aprovado.

08 - PROJETO DE LEI nº 376/11
Autor: Arturso Jr
Obriga a adoção de medidas de segurança que evitam o risco de sangue em casos de transferência nas dependências de hospitais públicos ou privados, luaxes de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e de outras providências.
RELATOR: DEP. NEREU MOURA
Parecer: Favorável – aprovado.

09 - PROJETO DE LEI nº 402/11
Autor: Dep. Marcio Magalhães
Dispõe sobre a obrigação do uso de aparelhos sensor de superamento de gases prejudiciais e prédios comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parecer: Contraído – aprovado.

10 - PROJETO DE LEI nº 420/11
Autor: Dep. Hermas Brandão Jr
Institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos no rodapé das imagens dos noticiários de TV e jornais sediados no Estado do Paraná, assim como a fotografia de cartazes nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros locais públicos.
RELATOR: DEPALEXANDRE CURI
Parecer: Concedida vista ao Deputado Evandro Junior.

11 - PROJETO DE LEI nº 441/11
Autor: Dep. Rose Lira
**ANEXO AO PROJETO DE LEI 371/11 – Autor: Dep Paramos
Dispõe sobre o reconhecimento no estado, via cobrança no faturamento de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do sinalizamento, medição, dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoção em rastros, cobrar os incididos ou ocorrencias policiais.
RELATOR: DEP. NEREU MOURA
Parecer: Favorável – aprovado.

12 - PROJETO DE LEI nº 271/11
Autor: Dep. Douglas Faria
Dispõe vedado, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material do ensino de uso coletivo.
RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO
Parecer: Adiado pelo Relator.

13 - EMENDAS DE PLENÁRIO (DUAS) AO PROJETO DE LEI nº 162/11
Autor: Dep. Planz Milão
Fica acrescido o 11 ao artigo 76 do Estatuto nº 13.608 de 16 de agosto de 2007, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná, construir em todos os estabelecimentos de licitação e contratos diretos para obras públicas promovidas pelo governo do estado, a exigência de reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres no area de construção de obras públicas.
RELATOR: DEP. EVANDRO JR. - Designado em 18/08/11
Parecer: Adiado pelo Relator.

14 - EMENDA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA AO PROJETO DE LEI nº 39/11
Autor: Dep. Ney Leprevost e Dep. Pedro Lupion
Estabelece a política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.
RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO.

15 - EMENDA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS AO PROJETO DE LEI nº 45/11
 Autor: Dep. Stephens Jr
**ANEXO AO PROJETO DE LEI 101/11 – Autor: Dep. Stephens Jr
PROJETO DE LEI 101/11 – Autor: Dep. Anibelli Netto e Toninho Wandscheir
Além do parágrafo único do art.2º do Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994 (CO-MEC) incluindo ao município de Piraí do Curuçá Terente
RELATOR: DEP. NEREU MOURA
Parecer: Favorável – aprovado.

16 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 315/11
Autor: Dep. Barão dos Rodrigues
Dispõe sobre o uso de lagos, lagunas e represas públicas e privadas para práticas de esportes aquáticos.
RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACCA
Parecer: Favorável – aprovado.

17 - EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI nº 342/11
Autor: Dep. Luiz Accordi e Rosana Rodrigues
Dispõe sobre o obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aprofundamento de água de chuva nas construções ou reformas de prédios públicos.
RELATOR: DEP. TADEU VENERI
Parecer: Adiado pelo Relator.

18 - PROJETO DE LEI nº 493/11
Autor: Dep. Nelson Garcia
Obriga as agências e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.
RELATOR: DEP. EVANDRO JR
Parecer: Favorável – aprovado.

19 - PROJETO DE LEI nº 496/11
Autor: Dep. Ademir Bier